

Eleições Apub Sindicato



Processo eleitoral para escolha da nova diretoria teve início no último dia 20 de outubro, com a publicação do edital, e termina com a votação, que ocorre nos próximos dias 26 e 27. Neste período, os professores filiados vão escolher quem fica à frente da entidade até 2016 e os novos integrantes do conselho Fiscal. *Página 4*

ENCARTE



**AÇÕES
E LUTAS**

QUE MARCARAM A GESTÃO



Reuniões temáticas com o MEC discutem expansão das IFES
Página 4



Retroatividade nas progressões funcionais é defendida pelo Proifes
Página 9



Apub promove Encontro com Professores Aposentados
Página 11

EDITORIAL

Amplitude e compromisso na luta

Este foi o nome de nossa chapa em 2012. Quando as eleições de 2014 são convocadas, acreditamos que honramos o anunciado no manifesto de campanha, Plano de Trabalho e o nome de chapa.

AMPLITUDE - A Apub é de todos os professores. São todos colegas que encontramos em Assembléias, debates, festas e no dia a dia. Apresentamos claramente nossas posições, mas abrimos espaço para várias visões sobre, por exemplo, situação do movimento docente, REUNI, lei orgânica para as universidades e sobre temas relevantes para a sociedade. Porque nosso compromisso é triplo: com professores, instituições federais de ensino na Bahia e com a sociedade.

COMPROMISSO COM OS PROFESSORES - Este compromisso se “expressa, inicialmente na luta por melhores salários, boas condições de trabalho, para ensinar, pesquisar e difundir o conhecimento na sociedade, saúde e vida gratificante” (Manifesto).

Ativos - A APUB manteve-se na luta pelas 8 horas mínimas semanais em sala de aula, pressionou para a regulamentação da progressão para titular; apoiando a expansão das IFES pelo REUNI cobrou a avaliação dos problemas pendentes; defendeu critérios para reestruturação de carreira e ganhos salariais.

Aposentados - A ação dos e pelos aposentados foi fortalecida. Instalação de comissão atuante de aposentados, defesa quando administração errou nos cálculos do art. 192, elaboração de políticas para aposentados (oito itens), assumida como nacional pelo Proifes, filiação ao Instituto Mosap (Movimento dos Servidores Aposentados e Pensionistas), mobilização pela extinção da “contribuição previdenciária”, reuniões e encontro dos aposentados (cf. página 11).

COMPROMISSO COM A UNIVERSIDADE - A participação na luta pela defesa dos 10% do PIB para a Educação. A manutenção dos compromissos pela democratização da universidade, da qual foram exemplos a postura da Apub nas eleições do IFBA e da UFBA. Defesa da autonomia da universidade, que envolveu debate (Burocratização X Autonomia e Lei Orgânica da Universidade) e reuniões com a CGU e órgãos universitários. Defesa das condições de pesquisa.

COMPROMISSO COM A SOCIEDADE - A universidade é espaço de análise e aprofundamento de temas relevantes e de propostas para democratizar a sociedade. Filiada à CUT, maior Central Sindical, a Apub, nela encontra espaço para articular as reivindicações dos professores e demais trabalhadores. Também promoveu ou apoiou eventos para resgatar e fazer avançar a história e a democracia. Avaliação dos 50 anos do Golpe, defesa da reforma política, condenação do preconceito contra os nordestinos são exemplos. Ampliação da discussão de políticas afirmativas contra o racismo na universidade, com a promoção e participação em eventos sobre o tema.

CONCLUSÃO - O espaço para editorial é curto. Mas, acreditamos, suficiente para mostrar que cumprimos a promessa de “um sindicalismo de luta, propositivo, eficaz na defesa dos professores, atento aos novos desafios e problemas” (Manifesto).

SINDICATO

Caruru do Dia do Professor lota a sede da entidade

No último dia 18 de outubro, os professores filiados à Apub e familiares estiveram reunidos, na sede do Sindicato, para comemorar o Dia do Professor, com o tradicional caruru, promovido todo ano pela entidade. Durante a tarde, ao som de uma boa música, os docentes confraternizaram e aproveitaram para compartilhar ideias e reencontrar os amigos. Foi servido um caruru completo pela equipe da tradicional Regina, barris de chope e uma baiana com tabuleiro de acarajé.

Além dos comes e bebes e da música, o evento incluiu lan-

çamento de cordel e venda de obras lançadas este ano na entidade. O cordel foi “A volta de Dalva Célia da viagem à Europa”, de autoria do professor João Augusto Rocha (POLI), que o leu no evento. Trata do caso de mulher que, antes da eleição, denunciara corrupção do PT, viajou para o exterior, prometera apresentar as provas, oportunamente, depois da eleição. É uma sátira, imaginando como seria sua volta se o candidato da oposição tivesse vencido e sua denúncia tivesse sido decisiva para o resultado.

Dentre os livros, obras da

EDUFBA e três trazidos por professores: “Manual de gestão de resíduos sólidos para municípios de pequeno e médio porte”, do professor Ubiratan Félix (IFBA), vice-Presidente da APUB; “Milagres nós somos”, organizado pela professora Erimita Mota (APOS), com a experiência da recuperação de moradores em situação de rua; “Anarquismos, black blocks, provocações”, trazido pela professora Cely Taffarel, da 14ª Plenária da CUT, e que reúne análises na perspectiva marxista sobre os eventos de junho de 2013.



PLENÁRIA NACIONAL



Organizadores do Plebiscito Popular entregam resultado aos Três Poderes

Pouco mais de um mês de encerrada a votação do Plebiscito Popular, os organizadores e integrantes dos comitês instalados em todo o país entregaram formalmente o resultado aos representantes dos poderes Executivo, Legislativo e Judiciário. A entrega fez parte da programação da V Plenária Nacional pela Constituinte Exclusiva e Soberana sobre o sistema político, realizada entre os dias 13 e 15 de outubro, em Brasília, com centenas de participantes.

Ao receber, no dia 13 de outubro, o resultado do plebiscito, a presidente Dilma Rousseff disse sentir a força e o cheiro de uma transformação social e, mais uma vez, reafirmou seu compromisso com a reforma política. Ela lamentou não ter conseguido a correlação de forças para fazer isso ano passado, no auge das manifestações de junho/julho, quando fez a proposta.

A presidenta ressaltou, também, que a população deve ser

consultada sobre temas fundamentais de uma reforma política, como a necessidade da proibição do financiamento empresarial de campanhas e o fim das coligações proporcionais parlamentares. Além disso, Dilma destacou a paridade de gênero na representação política.

No dia 14/10, os participantes da Plenária entregaram, em audiência fechada, o documento ao presidente da Câmara Federal, Henrique Alves, que assumiu o compromisso de organizar uma reunião após as eleições com o colégio de líderes dos 22 partidos que compõem o legislativo federal e a organização da campanha, para a apresentação da proposta. Em seguida, o resultado do Plebiscito Popular foi entregue no Supremo Tribunal Federal (STF), ao secretário-geral da Presidência, Manoel Carlos Neto, que se comprometeu a entregar ao presidente Ricardo Lewandowski.

Na ocasião, os manifestantes

para começar a coletar assinaturas dos deputados federais para o Projeto de Decreto Legislativo (PDL) que convoca o plebiscito oficial. Com quase 200 nomes, a lista de apoio ao plebiscito, encabeçada por Luiza Erundina (PSB) e Renato Simões (PT), foi protocolada na Câmara Federal em 30 de outubro.

A plenária

Durante os três dias, os participantes discutiram a importância da convocação de um plebiscito oficial para a Constituinte exclusiva e soberana sobre o sistema político e os próximos passos da mobilização, garantindo a continuidade dos comitês e as ações políticas nos estados. O novo cenário político, definido após as eleições, também foi ponto central dos debates.

O diretor do Diap (Departamento Intersindical de Assessoria Parlamentar), Antônio Queiroz, apontou que o Congresso será o mais conservador desde

1964, com o crescimento das bancadas militar (25%), evangélica (14%) e ruralista (30%) e a queda da sindical, que reduziu 55%. Para ele, temas como a descriminalização do aborto e da maconha, a união homoafetiva e o estatuto do desarmamento sofrem grande risco de retrocesso.

Diante desse cenário, o diretor acredita que há três caminhos a seguir: renovação na visão da esquerda e da centro-esquerda para a escolha de candidatos; pressão e vigilância constante dos movimentos sociais para dar base à bancada eleita e impedir retrocessos; mobilização popular para realização do plebiscito da reforma política.

Ao lembrar que os meios de comunicação silenciaram sobre o debate a respeito da consulta popular, a secretária da Comunicação da CUT, Rosane Bertotti, defendeu que a democratização da mídia seja prioridade. O diretor Executivo da Central, Júlio

Turra, lembrou que não há mudanças sem começar pela reforma política.

O plebiscito

A campanha do Plebiscito Constituinte, que começou há mais de um ano, culminou com a coleta de votos ao longo da Semana da Pátria (1º a 7 de setembro). Foram contabilizados 7,7 milhões de votos. Desse total, 97% dos votantes (7,5 milhões) disseram sim à convocação de uma assembleia constituinte para promover a reforma política no país. A mobilização envolveu cerca de 2 mil comitês populares espalhados pelo país e cerca de 100 mil pessoas, que trabalharam para colocar 40 mil urnas nas ruas.

O Comitê da UFBA participou ativamente da Plenária e esteve representado, pela Apub, pelas professoras Lívia Angeli (Enfermagem) e Leopoldina Menezes (Matemática).

APUB SINDICATO

Iniciado processo eleitoral para escolha da nova diretoria

Cumprindo as normas legais e estatutárias, a diretoria da Apub Sindicato publicou edital, convocando as eleições da entidade para o biênio 2014-2016. Os professores terão entre as 9h e 20h dos dias 26 e 27 deste mês para dar o voto em uma das chapas concorrentes.

Para a eleição da Comissão Eleitoral, a diretoria convocou assembleia para 31 de outubro, na Escola Politécnica. A mesma foi instalada no dia 3 de novembro, em reunião na sede do Sindicato. Fazem parte os professores Luiz Alberto Bastos Petitinga (ECO), Uilma Rodrigues de Matos Amazonas

(FACED), Leonardo Teixeira Sousa (IGEIO), Daniel Marques da Silva (TEATRO). O suplente é o professor Geraldo Sampaio Costa (UFRB).

As chapas de Diretoria, Conselho Fiscal e Conselho de Representantes tiveram entre os dias 6 a 10 de novembro para se inscrever, e a campanha, que teve início no dia seguinte, termina na véspera do pleito (25/11).

A votação será em urnas colocadas nas unidades, mas também poderá ser eletronicamente, conforme decisão da Comissão Eleitoral. A apuração começará imediatamente após o encerramento da votação,



às 20h do dia 27/11. Como os recursos podem ser apresentados até o meio dia de 29 de novembro, o resultado final

oficial será promulgado em 1º de dezembro.

A diretoria eleita toma posse em 12 de dezembro, em cerimô-

nia na nova sede do Sindicato, instalada na rua Aristides Novis, na Federação, e assume o posto pelos próximos dois anos.

EXPANSÃO DAS IFES

Três temas já foram discutidos entre MEC e docentes

Como resultado da solicitação do Proifes ao Ministério da Educação de realizar audiências para discutir sobre a expansão das IFES - em decorrência de proposta da Apub Sindicato -, foi estabelecido calendário com a previsão de cinco reuniões temáticas. Três já foram realizadas.

A terceira ocorreu no mês de outubro, sobre *Obras e Infraestrutura*. De acordo gráficos apresentados pelo Ministério, com os investimentos e andamento das obras, a maior parte está concluída e outra parte porção está em execução. A minoria está parada. Segundo as informações, os travamentos são decorrentes de questões ambientais, licitação ou falências das empresas executoras. Mas, não por falta de verba.

Após ouvirem as explicações, os docentes enumeraram problemas oriundos da falha de planejamento da rápida ex-

pansão. A Apub, representada pelos professores Cláudio Lira e Sílvia Leite, ambos da Faced, defendeu maior transparência nos critérios de aprovação e acompanhamento das obras. Além disso, os docentes questionaram sobre a possibilidade de suplementação para que as obras na federal da Bahia sejam finalizadas, visto que este problema atinge diretamente a categoria.

Reuniões

O encontro de novembro abordará o tema *Condições de trabalho*, de forma mais ampla, para avaliar tudo o que foi discutido nas reuniões anteriores. O último, em dezembro, será em forma de oficina, para concluir a proposta discutida entre a categoria e o Ministério da Educação.

Os dois primeiros temas debatidos foram *Pessoal*, discutindo-se os critérios da RAP



(Relação Aluno/Professor) e de determinação do quantitativo de professores e técnicos para campus ou curso novo, e

Matriz orçamentária, gestão e planejamento, que abordou a descentralização administrativa e gestão de campus fora da

sede, planejamento orçamentário de longo prazo e critérios de distribuição da matriz orçamentária.



**APUB
SINDICATO**

2012 - 2014

AÇÕES E LUTAS QUE MARCARAM A GESTÃO

Luta por melhores condições de trabalho e carga horária docente



- Fevereiro de 2014: audiência com a Magnífica Reitora Dora Leal Rosa e docentes do IMS / Vitória da Conquista, reivindica a contratação de mais docentes para os cursos da área da saúde para o Instituto. A demanda surgiu devido à probabilidade do curso de Enfermagem do IMS sofrer paralisações ou até mesmo cancelamento na oferta de componentes curriculares.
- Março de 2014: Diretoria da APUB retoma discussões com docentes nos departamentos da UFBA, para discutir demandas específicas e sobre a pauta da categoria. A primeira, realizada em março, foi com docentes da Escola de Veterinária.
- Maio de 2013: APUB, Assufba e DCE realizam audiência pública, com o objetivo de avaliar a implantação do Reuni.
- Abaixo Assinado pela carga horária mínima de 8 horas em sala de aula (modificação do artigo 119 do Regimento Interno da UFBA)
- Abril de 2014: **Assembleia Geral** da APUB defende melhores condições de



trabalho (realização de concursos, movimento pela carga horária mínima de oito horas em sala de aula e garantia do adicional de insalubridade).

- Junho de 2014: Professores da Apub participam, através do Proifes, de reunião com o MEC sobre expansão das IFE. Os docentes relatam problemas da expansão e cobram ações para reverter a situação. Entre os destaques: falta de professores e técnico-administrativos, infraestrutura precária e acúmulo de funções.
- Julho de 2014: A APUB Sindicato, através de Assessoria Jurídica, e professoras da Creche da UFBA solicitaram ao Prodep em audiência a criação do Banco de Professor Equivalente de EBTT.
- Outubro de 2013: Professores em estágio probatório reuniram-se com a diretoria da APUB para levantar os problemas enfrentados e definir encaminhamentos.
- Setembro de 2014: Representantes da APUB participam de segunda reunião com a Sesu/MEC sobre avaliação da expansão das IFES e condições de trabalho.





Na pauta: matriz orçamentária, gestão e planejamento.

- Outubro de 2014: Em reunião com a Prodep, Apub defende direitos dos docentes: demandas dos aposentados diretamente relacionadas à Pro-Reitoria; progressão funcional por titulação.
- Outubro de 2014: Terceira reunião com a Sesu/MEC sobre Expansão das IFES. Pauta: Obras e infraestrutura.

Defesa da educação pública, exigindo 10% do PIB para a Educação

- 2013: APUB participa de reuniões preparatórias para as conferências Nacional e Estadual de Educação.

Luta pela autonomia das IFES



- Agosto de 2013: Apub debate “Pesquisa e extensão na universidade: autonomia x burocracia”, com o professor Dr. Luiz Pinguelli Rosa, da UFRJ, e Roberto Cordeiro, da Procuradoria Federal junto à UFBA.
- Janeiro de 2014: Apub Debate Autonomia Universitária, com a presença de Eduardo Rolim (Proifes / UFRGS), Paulo Henrique Rodrigues (FASUBRA) e Marinalva Oliveira (Andes - SN).
- Fevereiro 2014: Apub defende Autonomia Universitária em reunião com Controladoria Geral da União (CGU).

Isonomia entre ativos e aposentados



- Setembro de 2013: criação da Comissão de Aposentados da Apub: Antonia Joviniano dos Santos, Aurélio Gonçalves de Lacerda, Caiuby Alves da Costa e Maristela Said.
- Fevereiro de 2014: Comissão de Aposentados se reúne com a Pró-Reitoria de Desenvolvimento de Pessoas com o objetivo de abrir um diálogo acerca de uma política de valorização dos aposentados e de sua reproximação com a universidade. O assunto também foi pauta de reunião com o reitor.
- Abril de 2014: **Assembleia Geral** da Apub defende aposentadorias (campanha pelo fim da contribuição previdenciária dos inativos; integração ao Instituto Mosap, aposentadorias especiais / orientações normativas)
- Setembro de 2014: Encontro dos Professores Aposentados da Apub. Presentes o presidente do Instituto Mosap, Edison Guilherme Haubert, e a deputada federal Alice Portugal. Na pauta, a PEC 555, que prevê a extinção gradativa da contribuição dos 11% dos inativos.
- 14 de outubro de 2014: Representante da Co-



missão de Aposentados da Apub vai à Câmara Federal junto com o Mosap participar de ato para pressionar os parlamentares a colocar em votação e aprovar a PEC 555/2006 e o Projeto de Lei 4434/2006. Propostas defendidas nas instâncias nacionais.

Assessoria Jurídica

- Reuniões com filiados para debater a situação dos aposentados.
- Dezembro de 2013: Realização de seminário para apresentação das ações judiciais, com a apresentação de relatórios de todos os escritórios que já prestaram assessoria jurídica para o Sindicato.
- Apoio jurídico aos docentes que deixaram de receber vale transporte e/ou pagamento sob a rubrica de VPNI.
- Fevereiro 2014: Apub discute as novas ameaças à aposentadoria dos docentes no Fórum Jurídico do Proifes, em São Paulo.
- Setembro 2014: Assessoria Jurídica da Apub move novas ações sobre o FGTS.

Produção acadêmica e política de pesquisa



- Julho de 2013: Apub reúne coordenadores de pesquisa para tratar sobre demandas, condições e entraves internos da gestão das atividades de projetos na universidade.
- Agosto de 2013: Reuniões sobre as condições das atividades de pesquisa e extensão na UFBA.
- Abril de 2014: Seminário Produção Acadêmica na Universidade: dinâmica e desafios. Na mesa de abertura, o professor português Moisés Lemos Martins, da Universidade do Minho. Entre os temas: o que significa a produção acadêmica no contexto das universidades; modos de produção e circulação do conhecimento; gênero e produção acadêmica; produção acadêmica e gestão; produção acadêmica e avaliação; produção acadêmica e a UFBA: visão dos reitoráveis.

Assembleias e debates sobre carreira e Funprep

- Janeiro de 2013: Os palestrantes Gil Vicente (Proifes), Luiz Schuch (ANDES) e Raimundo Muniz (Consuni UFBA) discutiram as implicações da Lei 12.772 na carreira docente.
- Março de 2013: Apub debate Funpresp e carreira, com o professor Nilton Brandão, vice-presidente do Proifes, e Vânia Prisca, servidora aposentada, especialista em legislação de pessoal.



- Abril de 2013: **Assembleia Geral** debate progressão de carreira, Funpresp e carga horária mínima em sala de aula.
- Maio de 2013: Em audiência com a reitora da UFBA, Apub discute doutorado especial.
- Junho de 2013: **Assembleia Geral** discute alterações na Lei da Carreira.
- Abril de 2014: Apub cobra à UFBA as diretrizes para promoção para classe de Titular.
- Maio de 2014: debate sobre carreira docente e campanha salarial, com a professora e economista Maria Melo Malta, da UFRJ. Em sua fala, o cálculo do reajuste considerou o orçamento disponível para o setor da educação federal. Enfatizou a necessidade de reestruturação da carreira, steps fixos entre os níveis e a elevação dos salários.
- Julho de 2014: docentes conquistam aprovação, pelo Consuni, das diretrizes de promoção para Titular. O documento incluiu a possibilidade de as bancas de avaliação (defesa de memorial ou tese) serem feitas por videoconferência, de acordo com a demanda de cada unidade.

Atuação no meio sindical e movimento social



- Abril de 2013: Apub participa de plenária sindical da CUT e do Dia Nacional de Mobilização e encaminha professores para a Marcha em Brasília. Na pauta: fim do fator previdenciário, defesa da aposentadoria e da previdência pública, luta em defesa dos servidores públicos e aumento geral dos salários.
- Maio de 2013: Apub realiza, em parceria com a ADUNB, o Seminário Movimento Docente Presente e Futuro.
- Julho de 2013: Apub convoca para o Dia de Mobilização e Luta e para ato conjunto com as centrais sindicais. A ação se dividiu em dois momentos: O DebatAto, momento de reflexão e análise, na Faculdade de Arquitetura; e a passeata com demais trabalhadores.
- Julho de 2013: Em parceria com o Movimento Nacional pelo Direito ao Transporte Público e de Qualidade, Apub realiza palestra Tarifa Zero e Mobilidade Urbana Sustentável. O evento contou com a participação da deputada federal Luiza Erundina.
- Julho de 2013: Em parceria com a Federação Interestadual de Sindicatos de Engenheiros (FISENGE) e Senge-BA, Apub realizou a palestra Manifestações de junho de 2013 e conjunturas nacional e internacional. O palestrante foi o historiador professor doutor Valter Pomar. Na mesa de debate, os professores doutores Penildon Silva Filho e Clímaco Dias.



- Agosto de 2013: Apub organiza debate sobre o Programa Mais Médicos, com participação do secretário da Saúde, Jorge Solla; José Tavares Neto, da Faculdade de Medicina da UFBA; José Sestello, membro da Abrasco e Cebes; e Jecé Brandão, membro dos Conselhos Federal de Medicina e do Regional-BA.
- Agosto de 2013: Apub envia delegação para o IX Encontro Nacional do Proifes, realizado em João Pessoa (PB). Na pauta, carreira, pesquisa, autonomia e organização sindical.
- Agosto de 2013: Apub adere à paralisação nacional, com ato público na reitoria seguido de participação na Marcha das Centrais Sindicais.
- Novembro de 2013: A professora Renísia Cristina Garcia Filice (UNB) realizou a palestra Acesso e Permanência de Negros na Educação Brasileira, uma programação da OBE-DUC apoiada pela APUB.
- Dezembro de 2013: APUB realiza, em parceria com o Obeduc (Observatório da Educação), o I Seminário sobre eficácia e equidade na educação superior.
- Fevereiro de 2014: Apoio ao bloco carnavalesco "Pipoca Indignada", coordenado pelo professor Ordep Serra, aposentado de FFCH / UFBA. O bloco foi criado em 2012, a partir de coletivos que tinham em comum movimentos de resgate da cidadania, contra a privatização dos espaços públicos e, em especial, a privatização do carnaval de Salvador.
- Março e abril de 2014: Participação na 8ª Marcha da Classe Trabalhadora.
- Abril: Apub participa de cerimônia no Memorial da Resistência – Barbalho
- Abril de 2014: Apub, Senge-BA e Instituto Zé Olívio promovem a palestra "O Golpe de 1º de abril de 1964: a reconstrução da democracia", com o vereador Waldir Pires.
- Abril de 2014: Apub faz moção de repúdio contra atos de repressão e agressão de agentes da Guarda Municipal de Salvador contra estudantes universitários e secundaristas durante manifestação no Centro da Cidade.
- Abril de 2014: Participação no Encontro de Organizações Sindicais da América Latina e Caribe (IEAL). Na pauta: o papel das universidades na formação de professores; carreira docente; financiamento e regulação da educação superior; reconhecimento dos diplomas universitários nos países da América Latina.
- Maio de 2014: Dia de Mobilização dos Docentes das IFE na Bahia, com o objetivo de ampliar a participação docente na discussão sobre as pautas locais e nacionais e aprofundar a discussão acerca da campanha salarial e condições de trabalho.
- Julho de 2014: Instalação do Comitê do Ple-



biscito Popular da UFBA na sede da Apub. A entidade também faz parte da composição.

- 28 de julho de 2014: A professora Celi Taffarel representa a Apub na 14ª Plenária Nacional da CUT.
- 31 de julho de 2014: Comitê da UFBA do Plebiscito Popular por uma Constituinte Exclusiva e Soberania do Sistema Político realizou Aula Pública da professora Maria Victória Espinheira (FFCH) e Virada Cultural com oficinas de capoeira, teatro, turbante e estêncil.
- 25 de setembro de 2014: Primeira reunião do GT Universidades da Rede de Combate ao Racismo e à Intolerância Religiosa. A professora Nanci Franco, da FACED, representou a Apub.
- 13 a 15 de outubro de 2014: APUB participa da Plenária Nacional em defesa de uma Constituinte Exclusiva e Soberana do Sistema Político.

Ampliação da política de comunicação

- Divulgação de eventos afins à atividade sindical e aos movimentos sociais.
- Divulgação constante de eventos organizados por professores e unidades.
- Divulgação do andamento de reuniões realizadas entre Proifes e MEC, bem como de propostas desenhadas pelo Proifes em seus encontros.
- Divulgação de decisões do Consuni, concursos públicos, decretos federais que interfiram na carreira e vida dos professores e que tenham relevância para a área de educação.
- Publicação do jornal da Apub e do boletim eletrônico semanal, retomada do Caderno de Textos, publicações especiais sobre eventos promovidos pela entidade, modernização do layout da página eletrônica

Reafirmar a Apub como espaço de encontro social, acadêmico e cultural



- Reativação do Coral PoliVoz
- Agosto de 2013: Sarau Cultural marca os 45 anos de fundação da Apub.
- Dezembro de 2013: Confraternização de final de ano, com apresentação do PoliVoz
- Lançamentos de livros: “Políticas de Ação Afirmativa na Educação Brasileira: Estudo de Caso do Programa de Reserva de Vagas para Ingresso na Universidade Federal da Bahia”, do professor Penildon Silva Filho (ICS); “Relações de Gênero, Raça, Classe e Identidade Social no Brasil e na França”, organizado pelos professores Antônio dos Santos Garcia e Afrânio Raul Garcia Jr, do NEIM; “Milagres, nós somos”, da professora aposentada Erimita Mota; Os Crocodilos Guardiões e a Biblio-



teca da Babilônia: manhas, artimanhas e imposturas acadêmicas, do professor Roberto Ponkzecz (IF/UFBA - APOS).

- Junho de 2013 e 2014: Forró da APUB
- Outubro de 2013 e 2014: Caruru comemorativo pelo Dia do Professor.
- Setembro e outubro de 2014: Apub sediou oficinas de Saúde Mental
- Outubro de 2014: Apoio e realização da Semana do Servidor, junto com a Assufba e a UFBA.
- Apoios às atividades do Grupo Tortura Nunca Mais, a exemplo da Caravana dos Direitos Humanos

Ampliação da democracia e da representatividade



- Site da Apub passa a ser um canal de interatividade com a categoria, publicando respostas para perguntas sobre reestruturação de carreira e nova aposentadoria.
- Mobilização (Abaixo-assinado, notas para os docentes, reuniões junto à administração central) pela carga horária mínima de 8 horas em sala de aula (modificação do artigo 119 do Regimento Interno da UFBA).
- Adoção dos meios digitais para coleta de assinaturas em abaixo-assinados.
- Mobilização para que professores participem de eleição dos representantes docentes no Conselho Universitário e Conselho de Curadores.
- Fevereiro de 2014: **Assembleia Geral Extraordinária** aprova aquisição de sede própria.
- Março de 2014: APUB organiza, em parceria com ASSUFBA e DCE, comissão para consulta de reitor. Foram representantes da Apub os professores Joviniano Neto (diretor social e de aposentados) e Cláudia Miranda (presidente). A professora Leopoldina Menezes (diretora financeira) ficou na suplência.

Apoio amplo à Apub Saúde



- Sedia assembleias gerais, a exemplo da que elegeu novos integrantes para os conselhos Deliberativo e Fiscal do Plano de Saúde, ocorrida em 14 de outubro deste ano.
- Participação e apoio na campanha de vacinação contra a gripe em maio de 2013 e 2014.
- Publicação das atividades mais importantes da operadora em seus veículos de comunicação.

CARREIRA

Proifes e AGU discutem sobre retroatividade nas progressões funcionais

Por Proifes Federação

Representantes do Proifes Federação e o Procurador Geral Federal, Marcelo Freitas, reuniram-se no último dia 27 de outubro, para discutir problemas que estão ocorrendo nas IFES em função de interpretações dadas pelas instituições em relação ao Parecer 09/2014, que trata da retroatividade das progressões funcionais, dos interstícios acumulados e aprovação em avaliação de desempenho em momento posterior ao interstício.

O presidente do Proifes, professor Eduardo Rolim, informou que o parecer tem levado a diferentes interpretações nas universidades e nos IF, preocupando os professores, que têm sofrido prejuízos, inclusive financeiros, em função de prazos de aposentadoria.

Pela Lei 12.772/2012, que reestruturou as carreiras do Magistério Superior e do EBTT, o direito à progressão ou à promoção é adquirido quando o docente atinge o interstício de dois anos ou na data em que acumula os pontos necessários para abrir o processo. E é esta data que deve ser considerada para a concessão da progressão ou da promoção constar na Portaria, com seus efeitos financeiros.

De acordo com a assessoria jurídica do Proifes, pode-se observar que tem havido entendimentos diferentes nas IFES, e com isso os professores têm enfrentado problemas de atraso na concessão das promoções, em função de excessiva demora nos processos, combinado com interpretações errôneas de que as datas a se-



rem consideradas nas promoções e progressões seriam a do ingresso com o processo ou da emissão da Portaria.

Por exemplo, se considerada a data da finalização do processo, com a concessão da Portaria, em um processo aberto em abril de 2014, cuja concessão da promoção se deu em outubro de 2014, estes seis meses “desaparecerem” da vida funcional do docente. Dessa forma, a futura progressão somente contemplaria o período de outubro de 2014 a outubro de 2016, o que viola totalmente o direito explícito na Lei 12.772/2012.

O Procurador disse concordar que o prazo de interstício a ser respeitado é aquele no qual o docente adquiriu o direito. Mas, afirmou que, em relação à retroatividade dos efeitos financeiros, há divergência com a posição do Proifes.

O advogado da Federação mostrou ao Procurador que há jurisprudência em relação à retroatividade dos efeitos financeiros ressaltando-se, é claro, o limite máximo de cinco anos previstos em lei para o paga-

mento retroativo, podendo-se inclusive, invocar a mesma interpretação adotada no caso do abono permanência.

O Procurador disse estar aberto ao diálogo e que é sua responsabilidade orientar as IFE, mas que a responsabilidade de harmonizar os entendimentos jurídicos entre os ministérios é do Consultor Geral da União. Então, sugeriu que o Proifes fizesse uma provocação formal à PGF e solicitasse também uma audiência com o Consultor Geral, Arnaldo Godoy, para lhe apresentar argumentos. O que, inclusive, já foi feito pela Federação.

O Proifes ainda tratou de duas questões, que são as de reconhecimento das atas de defesa de tese ao invés dos diplomas homologados, como o documento que comprova a obtenção dos títulos de pós-graduação, que é a orientação do MEC às IFES, para que estas considerem a data da defesa como a data para a progressão por titulação e concessão das respectivas RT, orientação que é diversa da do MPOG, e ficou

entendido então, que este tema será levado ao Consultor Geral da União.

O mesmo ocorrerá com a questão das progressões dos professores civis das escolas militares, que não têm seus interstícios respeitados, à medida que tais instituições usam as datas das promoções dos servidores militares como padrão, o que não está de acordo com as carreiras do MS e do EBTT.

Reunião com a CGU

Por orientação da Procuradoria Geral Federal (PGF), a diretoria do Proifes solicitou audiência com representantes da Consultoria Geral da União (CGU/AGU), realizada no dia 5 deste mês. Na pauta, problemas que estão ocorrendo nas IFE em função de diferentes interpretações a respeito do Parecer 09/2014, que trata da retroatividade das progressões funcionais, dos interstícios acumulados e da aprovação em avaliação de desempenho em momento posterior ao interstício.

O Proifes apontou que mui-

tos docentes estão tendo prejuízos financeiros por conta da divergência na interpretação dos prazos, conforme explicado na reunião com a Procuradoria. Diante disto, o diretor da CGU, Sérgio Eduardo Tapety, informou que irá avaliar com atenção o caso.

O diretor do Proifes apresentou outra questão: a divergência de entendimento entre o MPOG e o MEC sobre o reconhecimento da ata de defesa de tese ou dissertação como documento que comprova a obtenção dos títulos de pós-graduação para promoção acelerada por titulação ou concessão das respectivas RT. Por isto, a necessidade da intervenção da CGU. Sobre isto, o coordenador da Consultoria, Rafael Fulgêncio, pediu que o Proifes entregue uma provocação à CGU para que seja possível a análise do problema e o posicionamento, pacificando então a questão entre os ministérios.

Leia matérias completas e Parecer 09/2014 no site da Apub (www.apub.org.br).

ENTREVISTA | ELISABETE PINTO

Combate ao racismo e intolerância nas universidades em destaque



Pela formação e ampla experiência profissional direcionada à discussão das temáticas étnico-raciais e de gênero, a professora Elisabete Aparecida Pinho, do curso de Serviço Social do Instituto de Psicologia da UFBA, foi escolhida uma das coordenadoras do GT-Rede Universidades. Ela acredita que a sua atuação nessas questões a aproximou da Rede como consultora e desenvolvendo um projeto de extensão a partir da UFBA. Segundo a docente, essas discussões servem de análise para compreensão das várias áreas do conhecimento humano e social, inclusive como lentes para produção dos conhecimentos já existentes. Lis, como gosta de ser chamada, destaca a sua experiência no desenho e na implementação de políticas públicas.

JA - Qual a importância da criação da rede e o que representa isso para a universidade?

EP - A Rede de Combate ao Racismo e Intolerância Religiosa é uma ação do governo da Bahia através da Sepromi (Secretaria de Promoção da Igualdade), e se constitui como uma política pública que busca a consecução da igualdade e a superação do racismo, orquestrando e promovendo um trabalho em rede, agregando organizações governamentais e não governamentais, como as universidades públicas existentes no estado. Sem dúvida, é uma experiência pioneira no Brasil. A UFBA é integrante dessa Rede desde a sua formação. Todavia, tem se tornado mais propositiva, desde a constituição do GT-Universidades. Particularmente, acredito que, para a universidade, a participação na Rede dá caminhos mais seguros para estruturação das ações afirmativas no âmbito institucional. Acredito que essas ainda não foram implementadas, pois um programa de ações afirmativas não poderá se limitar à distribuição de auxílios econômicos. Deve, sobretudo, atuar na perspectiva de uma política de reconhecimento.

Posto isto, para dizer que a não implementação das políticas de ações afirmativas têm gerado sofrimento aos alunos que ingressam na universidade via cotas. Não podemos eleger e fazer heróis os alunos negros que ingressam nas universidades, principalmente públicas, e nos cursos entendidos como imperiais: medicina, direito, engenharia e arquitetura. Não podemos largá-los à própria sorte, expostos a macro e micro agressões cotidianas. Pois, estas podem ser as causadoras de emoções tristes. Isto é, sofrimento ético-político. Em outras palavras, de dores transversalizadas de injustiça.

A superação desta situação está no entendimento do racismo como estruturante da sociedade brasileira e de suas instituições. A UFBA, agência de ensino pública, deve transversalizar as categorias étnico-raciais e de gênero. Transversalizar essas categorias é elaborar uma matriz que permita orientar uma nova visão de competências (administrativas, institucionais, políticas e teóricas) e uma responsabilização dos agentes públicos e das agências formadoras em relação à luta pela superação das assimetrias sociais, de gênero e de raça/etnia. Transversalizar é, também, redimensionar a contribuição da universidade brasileira no aprofundamento da reflexão das bases teóricas e metodológicas e a reinterpretção sobre as questões raciais e de gênero nas áreas de ensino, pesquisa e extensão, de forma a apontar a falta de articulação

entre crescimento econômico e desenvolvimento social experimentada historicamente pelo Brasil, que exclui uns segmentos mais do que outros.

JA - Como o docente pode participar, se integrar à Rede?

EP - Por ora, penso que os interessados possam procurar o representante oficial da UFBA na Rede, bem como, procurar informações na Pró-reitoria de Ações Afirmativas e Assistência Estudantil e também na própria Apub, uma vez que compreendo este sindicato como integrante da Rede.

JA - O que precisa avançar?

EP - A política de ações afirmativas existe de forma pontual e fragmentada. Especificamente na UFBA, existe uma ampliação das vagas e inserção de alunos majoritariamente negros, sem, contudo, haver um Programa de Combate ao Racismo Institucional (PCRI), como ocorre na UFRB. Na realidade da UFBA, as ações afirmativas se alojaram na Proae, e isto se configura no grande problema para sua efetivação. Pois, impede a sua transversalização – um dos princípios fundantes desta política – no âmbito de toda a instituição. Penso que deva existir um núcleo aglutinador e difusor das produções acadêmicas, avaliando a possibilidade de os resultados das pesquisas reverterem em benefício à própria comunidade acadêmica, como o caso do CEAQ. Para conquistar avanços significativos nesta área, são necessários, também, investimentos em aberturas de editais específicos sobre a temática, no intuito de articular a necessidade de estudos para aperfeiçoamento desta política, para preencher lacunas de conhecimento e busca permanente de afinamento metodológico.

JA - Quais os próximos passos/ ações da Rede? Há eventos previstos?

EP - Existem ações específicas de competência do GT-Universidades, vinculadas especificamente à implementação da Lei 10.639. As universidades que participam estão fazendo eventos em todo o estado. Na UFBA, por exemplo, foi realizado no último dia 6 de novembro, um colóquio em parceria com a Proae, com objetivo de discutir a implementação das ações afirmativas e a Lei 10.639.

Leia a entrevista completa no nosso site: www.apub.org.br

APOSENTADOS

Professores intensificam debate e fortalecem luta por direitos

Em auditório lotado, no Hotel Portobello, em 15/09, os professores aposentados da Apub Sindicato discutiram sobre os problemas enfrentados e a necessidade de ampliar a luta para garantir os direitos adquiridos e conquistar novos. No centro dos debates, a urgência da aprovação no Congresso da PEC 555, que prevê a cessação gradativa da contribuição previdenciária de 11% dos aposentados.

Para os professores, a aprovação da matéria é crucial. Pois, além de ser uma incoerência quem já se aposentou continuar contribuindo, reduz a renda familiar. Mas, para que se consiga a extinção, é preciso muita articulação e pressão com os parlamentares e a pressão das entidades de todos os trabalhadores, não só do serviço público.

De acordo com presidente do Instituto Mosap (Movimento dos Servidores Aposentados e Pensionistas), Edison Haubert, 480 deputados e quase todos os líderes do Congresso assinaram o documento pedindo a votação da PEC, encaminhado pela entidade em 5 de agosto passado. No entanto, o presidente da Câmara retirou o tema da pauta.

Mais uma matéria de interesse dos servidores públicos federais é o Projeto de Lei 4.434, que prevê a correção da aposentadoria do trabalhador do RGPS (Regime Geral da Previdência Social), pauta da luta conjunta com os servidores federais.

Edison chamou a atenção ao fato de que, após a inserção na pauta da Casa, será preciso travar nova luta pela aprovação. São necessários 308 votos favoráveis. “Vamos lutar até conseguir. Se não for nesta legislatura, em 2015 vamos intensificar a pressão”. Segundo ele, o presidente da Câmara, Henrique Eduardo Alves, comprometeu-se em convocar o Mosap para

nova conversa até o dia 5 de outubro, para colocar em votação até o dia 15 do mesmo mês.

A presidente da Apub Sindicato, professora Cláudia Miranda, reforçou que o desconto fere princípios básicos da Constituição e lembrou que a entidade está coletando assinaturas em um abaixo-assinado e encaminhou carta aos deputados e senadores federais, realçando a importância de votar a favor da PEC 555 (leia matéria na pág. 8).

A correspondência foi enviada às residências dos associados aposentados, com o pedido de encaminhamento aos membros de Congresso, como forma de se fazer presente e pressionar pela votação. De acordo com o diretor Social e de Aposentados da Apub, professor Joviniano Neto, mostra que a Bahia está atenta e luta por este direito.

No debate, os professores aposentados falaram sobre as perdas que tiveram ao longo do tempo, especialmente aqueles que se aposentaram sem titulação. Muitos deixaram a atividade no topo da carreira, como Adjunto 4, recebendo salário de Titular. Mas, depois das mudanças na carreira, acabaram sendo prejudicados.

Justamente por isso, professora Maristela Said, coordenadora da Comissão de Aposentados, levantou a bandeira de que as novas inserções de classes ou níveis, se ocorrerem, devem se dar na base na carreira, não no topo. Joviniano enfatizou que a luta deve incluir o aumento do Vencimento Básico no total da remuneração, modo de reconhecer o trabalho feito e diminuir o prejuízo dos aposentados que não têm pós-graduação, até por inexistência na época.

A deputada Alice Portugal, que votou contra a Reforma da Previdência, historiou a luta, com suas dificuldades na Câmara, quando o seu presidente é



sobrinho do ministro da Previdência. Denunciou que a contribuição previdenciária representou uma mudança no contrato feito pelos servidores ao ingressar e que reduz os atrativos do serviço público (estabilidade, carreira e aposentadoria estável), ameaçando sua qualidade. Representaria uma bitributação e abriria espaço para outros confiscos e projetos exóticos, tudo na linha de enfraquecimento do serviço público, como os que pretendem criar fundações estatais de direito privado para 11 áreas de trabalho e expandir as terceirizações. Para enfrentar esta situação propõe uma grande mobilização, que chegue à base da categoria dos servidores e tenha o apoio de todos os trabalhadores.

O professor Lúcio Hagemann relatou a experiência da Adufrgs Sindical na questão, enfatizando

a importância da afirmação da identidade do aposentado como professor, a necessidade de uma atividade de colaboração com a universidade, para o que estão elaborando um banco de dados com o perfil e o desejo dos aposentados. Reafirmou ainda a denúncia sobre a contribuição previdenciária e a necessidade de os aposentados permanecerem na folha de pagamento da universidade e não transferido para o Tesouro.

Carta de Salvador

Ao final, foi apresentada pelo diretor Social e de Aposentados, Joviniano Neto, a Carta de Salvador, que iniciou afirmando que “defender o direito dos aposentados é defender o direito de todos os brasileiros a um futuro previsível, seguro e digno”. “A aprovação da PEC 555 extinguindo a contribuição previdenciária dos aposentados e do PL 4434,

para garantir as aposentadorias especiais, é parte desta luta”.

A seguir, afirmou que os professores da Apub são solidários e receberão solidariedade de milhões de pessoas. Dos mais de 3 milhões de servidores públicos (federais, estaduais e municipais) e dos 32 milhões de aposentados pelo Regime Geral da Previdência Social.

A Carta incorporou os itens da política para os aposentados, proposta pela Apub, e enfatizou a prioridade para a aprovação da PEC 555 e do PL 4434. Concluiu afirmando que a aposentadoria deve ser espaço de liberdade e que parte deste espaço pode ser utilizado na Apub, canal e local de congregação e mobilização.

O evento foi promovido pela Comissão de Aposentados da Apub, criada pela atual diretoria.

CONDIÇÕES DE TRABALHO



Diretoria discute carga horária com o Reitor da UFBA

A diretoria da Apub se reuniu com o Reitor João Carlos Sales e o Vice-Reitor Paulo Miguez, no dia 29 de setembro, para apresentar as demandas dos aposentados e discutir a carga horária mínima semanal em sala de aula.

O Reitor reiterou a posição a favor das oito horas mínimas semanais em sala de aula. Ele afirmou que levantaria a discussão no Consuni e garantiu que a universidade definirá em breve o mínimo da carga horária. "Vamos resolver isso antes que tenha efeito no planejamento acadêmico".

Sobre os aposentados, a Apub apresentou as contribuições e conclusões do Encontro dos Pro-

fessores Aposentados da Apub, realizado em setembro. Dentre as quais, a possibilidade de os professores receberem remuneração em caso de voltar a trabalhar na universidade. A diretoria propôs, então, a criação de um banco de dados de professores aposentados, com um perfil e a indicação das atividades com as quais gostariam de contribuir.

Apontou ainda a necessidade da criação de espaços de convivência, o que o Reitor chamou de Espaço de Acolhimento e Compartilhamento e se comprometeu em levar a discussão para a Pró-Reitoria de Pessoal. João afirmou que o tema deve entrar na pauta do

Congresso da UFBA de 2015, que discute a relação da universidade com alunos e professores egressos.

A diretoria da Apub pediu ainda o apoio da Reitoria, na Anifes, à Política de Aposentados apresentada pela entidade sindical, principalmente em relação à ampliação do percentual do Vencimento Básico sobre a remuneração e a posição de que, em caso de criação de nova classe ou nível, esta seja feita na base da carreira, não no topo, como ocorreu com a de Associados. Os professores fizeram ainda uma crítica ao modo como a aposentadoria compulsória é anunciada aos docentes.

Docentes de outras instituições têm direito a Doutorado Especial na UFBA

Agora, os professores de outras instituições públicas de ensino superior do país – a exemplo do IFBA e da UFRB – vão poder fazer doutorado na UFBA. O doutorado especial está previsto na Resolução nº 5 deste ano, aprovada pelo Conselho Acadêmico da Universidade Federal da Bahia. A possibilidade representa uma conquista para os docentes, que não precisarão mais sair

do estado ou do país para cursar doutorado.

No entanto, a oferta é restrita aos docentes do quadro permanente das instituições de ensino, admitidos antes de 1990. A inscrição deve ser requerida no Colegiado Acadêmico onde está lotado, até 1º de julho de 2015.

Em caso de parecer desfavorável, os documentos serão devolvidos para ajuste. Se

favorável, o candidato terá a matrícula garantida. Com a efetivação da matrícula, o aluno será dispensado das atividades e componentes curriculares, exceto as relacionadas à produção acadêmica. Vale ressaltar que as vagas para o doutorado especial não causam prejuízos à oferta no processo seletivo regular do Programa de Pós-Graduação. Confira a Resolução no site da Apub.

APOSENTADOS

Câmara enrola e discussão da PEC 555 é adiada de novo

Por Antônia Joviniano
(Aposentada)

A comissão dos Professores aposentados da Apub, através da professora Antônia Joviniano Silva, esteve em Brasília, na Câmara Federal, no dia 14 de outubro, esperando participar da votação da PEC 555, que finaliza com a contribuição previdenciária de servidores aposentados, e do PL 4434, que trata do reajuste das aposentadorias.

Com as participações do Mosap, Cobap (Confederação Brasileira de Aposentados, Pensionistas e Idosos) e Anfip (Associação Nacional Fiscais da Receita Federal do Brasil), centenas de aposentados, vindos de diversas partes do país, lotaram a Casa Legislativa para ver cumprida a promessa do presidente, Henrique Eduardo Alves, de colocar em votação as referidas matérias, compromisso assumido por ele em

plenário, na abertura do Encontro Nacional de Federações e Entidades de Base, realizada no dia 19 de setembro, em Natal (RN). De acordo com Alves, as propostas seriam colocadas em votação, fazendo justiça a milhões de aposentados brasileiros.

Como os itens não entraram na pauta, sob a alegação de falta de quórum, os dirigentes das entidades representativas afirmaram que luta continua e enfatizaram a necessidade da unidade, para garantir a força e atuação mais tenaz na luta pelos direitos. De acordo com informações, havia a promessa de votação após a realização do segundo turno das eleições presidenciais.

Reunidos em Brasília, na quinta-feira (16/10), os dirigentes da Anfip, Cobap e Unafes buscaram novas estratégias de atuação política dentro da Câmara dos Deputados.

JURÍDICO

Esclarecimentos sobre a VPNI

Alguns professores identificaram redução do valor pago sob a rubrica de VPNI. A Apub procurou a Coordenação de Gestão de Pessoas da UFBA para esclarecer o ocorrido. Foi emitido, então, parecer da Procuradoria Federal do Estado da Bahia, informando que, em razão de aumento remuneratório concedido pela Lei nº 12.772/2014, alguns professores sofreram redução ou supressão da VPNI, porque se reduziu a diferença entre a remuneração de seu cargo e do imediatamente superior. Assim, a UFBA declarou que não houve redução de vencimentos.

De fato, a jurisprudência do STF firmou entendimento no sentido de que não há direito adquirido a regime jurídico, sendo legítima a alteração da fórmula de cálculo da remuneração, desde que não provoque decesso remuneratório, ou seja, desde que não acarrete redução salarial.

É importante frisar que a redução global acarretaria ofensa ao princípio constitucional da irredutibilidade de vencimentos, por isso, caso o filiado tenha sofrido tal redução deve procurar imediatamente o setor jurídico do Sindicato. Leia texto completo no site da Apub.